

BOLSA FAMÍLIA E INSUFICIÊNCIA SOCIOECONÔMICA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL (2016-2022)

Joel do Nascimento Carlos

RESUMO

O presente trabalho analisa o Programa Bolsa Família (PBF) sob as perspectivas keynesiana e pós-keynesiana, com foco na sua capacidade de enfrentar a insuficiência socioeconômica multidimensional no Brasil. A problemática central da pesquisa reside na persistência das desigualdades estruturais no país, mesmo diante de políticas públicas de transferência de renda, questionando-se se o PBF, além de reduzir a pobreza monetária, contribui efetivamente para mitigar outras formas de privações socioeconômicas. A justificativa do estudo baseia-se na relevância do PBF como política de redistribuição de renda em uma economia marcada por assimetrias históricas, e no potencial explicativo das abordagens keynesianas e pós-keynesianas quanto aos efeitos da demanda agregada e da distribuição de renda no crescimento e estabilidade econômica. O objetivo principal é avaliar o papel do PBF como instrumento de promoção da equidade social e estímulo à demanda agregada, à luz da teoria econômica heterodoxa, especialmente das vertentes keynesianas. Para isso, emprega-se uma metodologia quantitativa, com base em microdados da PNAD Contínua do IBGE, utilizando indicadores de insuficiência socioeconômica multidimensional para mensurar o impacto do programa. A análise empírica compara os beneficiários e não beneficiários do PBF em diversos aspectos, como acesso à educação, saneamento, mercado de trabalho e renda. Os resultados apontam que os beneficiários apresentam maiores privações multidimensionais, revelando o perfil estruturalmente vulnerável da população atendida. Contudo, os dados também evidenciam que o programa exerce um papel importante na mitigação dessas privações, principalmente quando combinado a políticas públicas estruturantes. Conclui-se que, sob as lentes keynesianas e pós-keynesianas, o PBF contribui para a dinamização da economia via estímulo à demanda agregada e redução das desigualdades, embora seus efeitos sejam limitados pela fragilidade das estruturas socioeconômicas subjacentes. O estudo destaca a necessidade de uma abordagem integrada entre políticas de transferência e investimentos públicos para alcançar maior equidade e crescimento sustentável.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Insuficiência Socioeconômica Multidimensional; Pós-Keynesianismo; Desigualdade; Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade de renda e a pobreza são fenômenos históricos persistentes no Brasil, moldados por estruturas econômicas e sociais excludentes. Ao longo das décadas, diversas abordagens teóricas foram utilizadas para compreender as dinâmicas da distribuição de renda e seus impactos sobre o crescimento econômico e o bem-estar social. Em termos de escolas de pensamento, o tema da desigualdade se fez presente desde economia clássica, cujo foco estava na distribuição do excedente econômico entre trabalhadores, capitalistas e proprietários de terra, passando pela crítica da Economia Política de Marx, que destacou a importância da exploração da força de trabalho enquanto mecanismo de concentração de capital e riqueza, até o pensamento keynesiano, que enfatizou o papel da demanda agregada na determinação do nível de produção e emprego. A teoria pós-keynesiana reconhece que programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, no Brasil, possuem um papel relevante na expansão da demanda agregada, dado que os multiplicadores fiscais desse tipo de programa são elevados e cumprem a função de dinamização da atividade econômica.

A presente pesquisa tem como objetivo examinar o fenômeno da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM) no Brasil de forma comparativa entre aqueles que são beneficiados pelo Programa Bolsa Família e os que não fazem parte do Programa, utilizando como ferramenta analítica o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM).

A partir da perspectiva keynesiana e pós-keynesiana, este estudo busca responder: Quais são as diferenças em termos de ISM entre os beneficiários do Programa Bolsa Família e os não beneficiários? A análise considera aspectos estruturais da pobreza e da redução das desigualdades em suas múltiplas dimensões.

O estudo se justifica pela necessidade de avaliar se, e como, o Bolsa Família influencia a ISM, indo além da insuficiência de renda e examinando desigualdades em dimensões como educação, mercado de trabalho, condições habitacionais e acesso a bens e serviços públicos. Além disso, busca refletir sobre a possibilidade de se ampliar o escopo do programa para tratar os fenômenos da pobreza e das desigualdades de maneira mais abrangente. A utilização do IISM pode possibilitar uma compreensão das limitações estruturais que perpetuam a desigualdade social, contribuindo para o debate sobre políticas sociais no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O BOLSA FAMÍLIA NA PERSPECTIVA KEYNESIANA E PÓS-KEYNESIANA: EFEITOS SOBRE A DESIGUALDADE E A INSUFICIÊNCIA SOCIOECONÔMICA

2.1.1 Histórico do Bolsa Família e programas de transferência de renda

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2004 pela Lei nº 10.836, representa um marco na história das políticas sociais brasileiras, consolidando-se como o principal programa de transferência condicionada de renda do país. Sua origem está diretamente ligada à necessidade de unificar e racionalizar uma série de programas sociais fragmentados que existiam desde a década de 1990, como o Bolsa Escola, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação.

A criação do PBF foi influenciada por recomendações internacionais, especialmente do Banco Mundial, que destacavam a importância de vincular transferências de renda a condicionalidades em áreas como saúde e educação, visando não apenas aliviar a pobreza imediata, mas também romper o ciclo intergeracional da pobreza. Nesse contexto, o programa foi concebido como uma estratégia integrada de combate à pobreza e à desigualdade, com foco na população mais vulnerável, especialmente famílias com renda per capita inferior a R\$ 140 mensais (Rocha, 2011).

A evolução do Bolsa Família ao longo dos anos reflete as mudanças políticas e econômicas do país. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o programa

experimentou uma expansão significativa, passando de 3,6 milhões para 12,9 milhões de famílias beneficiadas (IPEA, 2019). Esse crescimento foi acompanhado por um aumento no valor médio dos benefícios e pela integração do programa ao Cadastro Único, um sistema que permitiu maior eficiência na identificação e focalização dos beneficiários, juntamente com busca ativa. Além disso, o governo Lula fortaleceu as condicionalidades do programa, exigindo que as famílias mantivessem crianças e adolescentes na escola e cumprissem agendas de saúde, como vacinação e pré-natal (Rocha, 2011).

No governo de Dilma Rousseff (2011-2016), o Bolsa Família foi incorporado ao Plano Brasil Sem Miséria, que ampliou o escopo do programa para além da transferência de renda, incluindo iniciativas de inclusão produtiva e acesso a serviços públicos básicos. Durante esse período, o programa foi reconhecido internacionalmente por seu impacto na redução da pobreza extrema e na melhoria de indicadores sociais, como a frequência escolar e a redução da mortalidade infantil. No entanto, críticas apontavam para a necessidade de aprimorar a coordenação entre as diferentes políticas sociais e garantir a sustentabilidade financeira do programa em um contexto de desaceleração econômica (Gonçalves et. al., 2023).

Com a chegada de Michel Temer à presidência (2016-2018), o Bolsa Família enfrentou ajustes fiscais que resultaram na redução nominal do número de beneficiários e no congelamento do valor real dos benefícios. Apesar dessas medidas, o programa manteve seu papel central na rede de proteção social brasileira, servindo como um amortecedor para os efeitos da crise econômica que se intensificou no período (Costa et. al, 2023). Já no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), o programa foi substituído pelo Auxílio Brasil, que promoveu mudanças significativas em sua estrutura, como a alteração dos critérios de elegibilidade e o aumento temporário dos valores dos benefícios. Essas mudanças foram alvo de críticas por parte de especialistas, que argumentavam que o novo programa fragilizava os critérios técnicos de focalização e priorizava estratégias de curto prazo em detrimento de uma abordagem estrutural de combate à pobreza (Costa et. al, 2023).

Ao comparar o Bolsa Família com outros programas de transferência de renda, tanto no Brasil quanto no exterior, é possível identificar características distintivas que contribuíram para seu sucesso e reconhecimento internacional. Programas como o Oportunidades (México) e o Chile Solidario também se baseiam em condicionalidades, mas o PBF destaca-se por sua escala e abrangência, alcançando milhões de famílias em um país continental e diverso. Enquanto o programa mexicano prioriza condicionalidades educacionais rígidas, o Bolsa Família adota uma abordagem mais flexível, adaptando-se às realidades regionais e locais (IPEA, 2019).

Apesar dos avanços, o Bolsa Família também enfrenta desafios e limitações. Críticos apontam que o programa, embora eficaz na redução da pobreza monetária, tem impacto limitado na promoção da autonomia econômica das famílias beneficiárias. Além disso, a dependência de recursos fiscais e a vulnerabilidade a mudanças políticas têm colocado em risco a sustentabilidade do programa em longo prazo.

Um dos principais desafios no debate sobre programas de transferência de renda, como o PBF, é a necessidade de articulá-los a um conjunto mais amplo de políticas públicas que abordem as múltiplas dimensões da pobreza e da desigualdade. Embora o PBF tenha um impacto significativo na redução da pobreza monetária, seu efeito pode ser ampliado quando inserido em uma estratégia mais abrangente de combate à insuficiência socioeconômica multidimensional. Isso significa que o programa não deve ser visto isoladamente, mas sim como parte de um arcabouço de políticas voltadas para a ampliação estrutural do acesso a fatores que diminui a condição de insuficiência socioeconômica da população brasileira, como emprego, educação de qualidade, saúde, moradia digna e infraestrutura social básica.

A relação entre renda e outras dimensões da pobreza é central nesse debate. O aumento da renda via transferência direta possibilita maior acesso a bens e serviços essenciais, mas, sem políticas complementares, há limites para sua efetividade no longo prazo. Por isso, uma

estratégia integrada deve incluir medidas que promovam a inclusão produtiva e a mobilidade social, garantindo que os beneficiários do PBF tenham acesso a oportunidades reais de ascensão econômica. Isso envolve políticas ativas de emprego, qualificação profissional, acesso ao crédito e apoio ao empreendedorismo, além de investimentos em setores que absorvam a mão de obra vulnerável, reduzindo a dependência do programa e fortalecendo a autonomia financeira das famílias (Gonçalves et al., 2023).

Além da dimensão produtiva, a redução da insuficiência socioeconômica exige a ampliação do acesso a serviços públicos de qualidade. O PBF pode atuar como um instrumento complementar a políticas educacionais e de saúde, garantindo que a transferência de renda seja acompanhada de melhorias efetivas nesses setores. A vinculação do programa a condicionalidades educacionais e de saúde já representa um passo nessa direção, mas é necessário avançar para garantir que essas condicionalidades se traduzam em impactos estruturais, como a redução da evasão escolar, a melhoria do aprendizado e a ampliação do acesso a cuidados médicos preventivos e curativos. Nesse sentido, o PBF pode ser pensado como parte de um modelo mais amplo de desenvolvimento social que articule redistribuição de renda com políticas estruturais de combate às desigualdades (Gonçalves et al., 2023) e à ISM. Portanto, uma abordagem mais eficaz para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade passa por um modelo que integre o Bolsa Família a um conjunto de políticas públicas estruturais. Isso implica reconhecer que a superação da insuficiência socioeconômica multidimensional não pode ser alcançada apenas por meio da transferência de renda, mas requer a expansão do acesso a bens e serviços que permitam uma inserção mais equitativa da população no processo de desenvolvimento econômico e social do país.

2.1.2 O Programa Bolsa Família como instrumento de estímulo à demanda agregada e de redução da insuficiência socioeconômica: uma análise à luz das Teorias Keynesiana e Pós-Keynesiana

O Programa Bolsa Família (PBF), desde sua implementação, tem sido objeto de análise não apenas enquanto política social, mas também como mecanismo de indução macroeconômica. Sob a ótica da teoria keynesiana, o programa configura-se como um instrumento de política fiscal expansionista, cujo impacto transcende a esfera redistributiva, influenciando diretamente a dinâmica da demanda agregada. Conforme postulado por Keynes (1936), em economias marcadas por subemprego de recursos, o incremento dos gastos públicos (sobretudo aqueles direcionados a grupos com elevada propensão marginal a consumir) pode exercer efeito multiplicador sobre a renda nacional. Nesse sentido, o PBF, ao transferir renda para estratos populacionais de baixa renda, estimula o consumo de bens essenciais, fomentando a atividade econômica em setores como comércio, serviços e agricultura familiar (Trovão, 2016).

A relação entre transferências de renda e crescimento econômico é corroborada por evidências empíricas. Estudos de impacto realizados pelo World Bank (2018) indicam que, em economias emergentes, programas de transferência condicionada geram um multiplicador fiscal médio de 1,5 a 2,0, em razão da canalização imediata dos recursos para o consumo.

A teoria pós-keynesiana amplia essa perspectiva ao incorporar variáveis institucionais e distributivas à análise. Para autores como Lavoie (2014), a demanda agregada não é meramente uma função do consumo, mas reflete as relações de poder e as assimetrias inerentes ao sistema capitalista. Nesse arcabouço, o PBF assume dupla função: além de estimular o consumo, reduz a elasticidade-renda da desigualdade, mitigando a concentração de recursos em estratos com propensão a poupar. Tal mecanismo é fundamental em economias periféricas, onde a restrição externa e a dependência de importações limitam o efeito multiplicador dos investimentos (Kalecki, 1971). Contudo, críticos ressaltam que o potencial do programa é constrangido por fatores estruturais, como a insuficiência crônica de investimentos públicos em

infraestrutura e a elevada informalidade laboral, que restringem a articulação entre consumo e produção doméstica (IPEA, 2012).

A despeito das limitações, a interface entre o PBF e a demanda agregada revela nuances teóricas relevantes. Enquanto a perspectiva keynesiana enfatiza o caráter anticíclico das transferências, a abordagem pós-keynesiana destaca seu papel na estabilização financeira das famílias vulneráveis, reduzindo a aversão ao risco e facilitando o acesso a crédito informal. Essa dualidade é particularmente relevante em contextos de estagnação secular, nos quais políticas sociais assumem função contracíclica diante da incapacidade do setor privado em gerar demanda efetiva (Lavoie, 2014).

Em síntese, o PBF vai além de sua função primordial de diminuição da pobreza extrema, configurando-se como um instrumento para a sustentação da demanda agregada, especialmente em economias periféricas caracterizadas por altos níveis de desigualdade de renda. A redistribuição promovida pelo programa não apenas melhora o bem-estar imediato das famílias beneficiárias, mas também gera efeitos multiplicadores sobre o consumo, dinamizando setores produtivos voltados ao mercado interno e contribuindo para a estabilidade macroeconômica. No entanto, sua eficácia a longo prazo depende da articulação com políticas estruturais voltadas para o desenvolvimento produtivo e a geração de empregos, sem as quais o programa corre o risco de atuar como um paliativo temporário, sem capacidade de reverter padrões históricos de insuficiência de consumo de bens essenciais e de desigualdade estrutural (Serrano e Summa, 2015).

A experiência do Auxílio Emergencial (AE), implementado no contexto da pandemia da COVID-19, reforça a importância de programas de transferência de renda na sustentação da atividade econômica. Estudos do MADE/USP indicam que o AE teve um impacto significativo na contenção da recessão econômica em 2020, evitando uma contração ainda mais severa do PIB brasileiro. Segundo Carvalho (2021), a ampliação da transferência de renda naquele período não apenas evitou um colapso do consumo das famílias, mas também gerou efeitos multiplicadores substanciais, impulsionando setores como comércio e serviços e reduzindo a queda do nível de emprego. Esse episódio evidencia como políticas de transferência de renda, quando implementadas em larga escala, podem funcionar como estabilizadores automáticos eficazes, atenuando ciclos recessivos e promovendo maior resiliência econômica.

Como discutido anteriormente, reitera-se que a eficácia do PBF como instrumento de desenvolvimento econômico depende da sua integração com um conjunto mais amplo de políticas: produtivas/industriais, de emprego e de infraestrutura social. A ausência dessa articulação pode limitar seu impacto à mitigação pontual da pobreza, sem alterar de forma estrutural os fatores que perpetuam a desigualdade e a insuficiência da demanda agregada (Serrano e Summa, 2015). A experiência do AE é um bom experimento que reforça a necessidade de se repensar a política de transferência de renda no Brasil não apenas como uma medida de combate à pobreza, mas como parte de uma estratégia macroeconômica voltada ao crescimento inclusivo e sustentado (Carvalho, 2021).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A base de dados utilizada neste artigo é a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) de divulgação anual, em suas primeiras visitas dos anos de 2016, 2019 e 2022. Essas pesquisas, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fornecem um conjunto abrangente de informações estruturais sobre condições de vida, habitação e demografia, essenciais para a construção do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), um indicador desenvolvido no âmbito do Projeto de pesquisa Observado a Insuficiência Socioeconômica Multidimensional no Brasil e desenvolvido por Trovão et al. (2023).

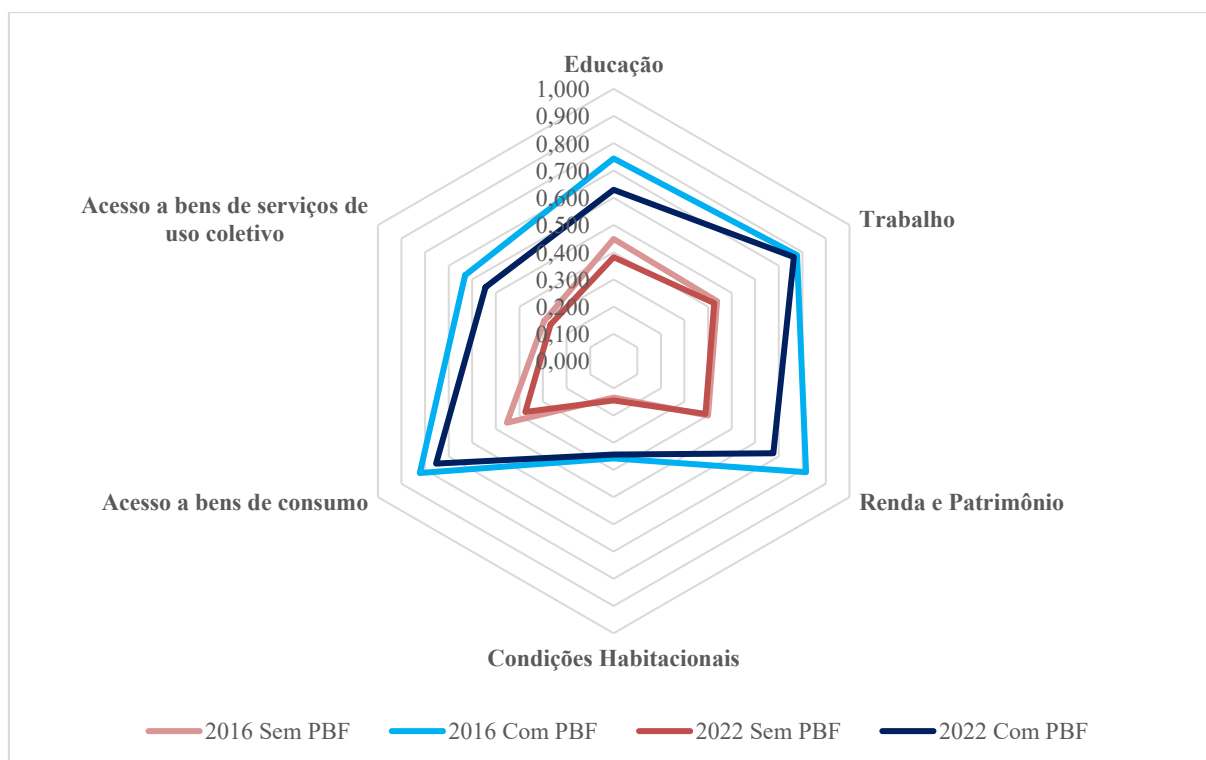
O IISM permite avaliar o grau de insuficiência socioeconômica multidimensional das macrorregiões brasileiras por meio de seis dimensões: 1) Educação; 2) Trabalho; 3) Renda corrente e patrimônio; 4) Condições habitacionais; 5) Acesso a bens de consumo de uso individual; e 6) Acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo. Cada uma dessas dimensões é composta por diferentes indicadores que são agregados para representar a proporção de domicílios em insuficiência em cada uma delas (Trovão et al., 2023)

Quando a agregação por dimensão da ISM é disposta em um plano cartesiano, a situação mais crítica seria aquela em que todos os domicílios se encontram em situação de insuficiência socioeconômica em todas as dimensões, formando um hexágono completo. Para o índice proposto, quanto menor a área do polígono formado, mais distante o objeto de análise estudado estará da máxima insuficiência, resultando em um menor valor do IISM (indicando uma situação melhor). O IISM é calculado como a relação entre as raízes quadradas da área observada e a da área máxima possível.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na Figura 1, cada eixo do hexágono corresponde a uma dimensão estrutural, permitindo visualizar as disparidades entre beneficiários e não beneficiários do PBF, bem como a evolução temporal dessas desigualdades. Sob a perspectiva Pós-Keynesiana, que enfatiza a centralidade da demanda agregada e a persistência de assimetrias estruturais em economias capitalistas, os dados sugerem que o PBF atua como mecanismo minimizador de vulnerabilidades imediatas, mas não tem como enfrentar desafios sistêmicos, como a precarização laboral e a carência de infraestrutura básica.

Figura 1 - Representação gráfica hexagonal de domicílios em situação de insuficiência socioeconômica conforme dimensões, segundo condição de beneficiários do PBF (2016 e 2022).



Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

A partir da análise gráfica, observa-se uma discrepância estrutural entre os domicílios beneficiários e não beneficiários do PBF, evidenciando que aqueles que recebem o benefício

apresentam níveis significativamente mais elevados de insuficiência socioeconômica em todas as dimensões analisadas. Em 2016, os beneficiários do PBF já exibiam níveis acentuados de privação em aspectos relacionados à educação, trabalho, renda e patrimônio, condições habitacionais, acesso a bens de consumo e a serviços coletivos. Em contrapartida, os não beneficiários apresentavam um nível de insuficiência socioeconômica substancialmente inferior, reforçando a existência de um hiato estrutural entre os dois grupos.

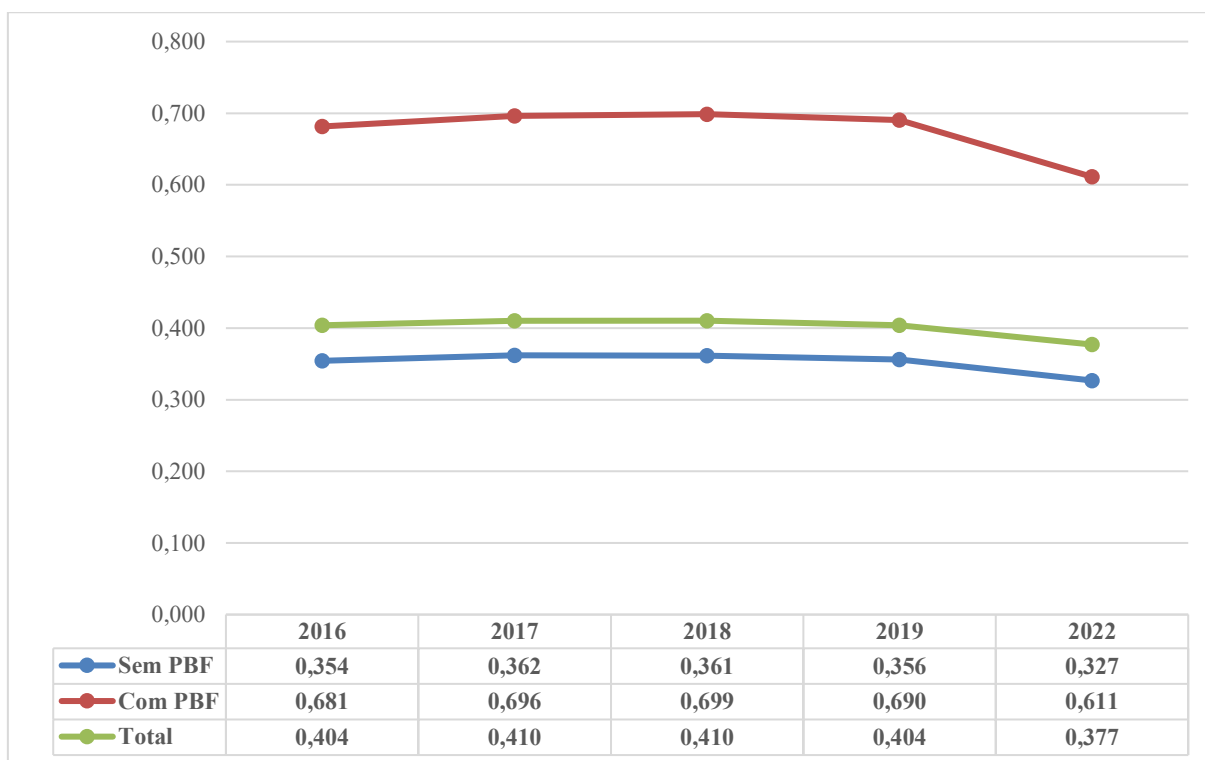
Ao comparar os resultados de 2016 e 2022, nota-se que, apesar da manutenção de desigualdades persistentes, houve mudanças importantes na estrutura das privações. Entre os beneficiários do PBF, observa-se uma leve redução da insuficiência socioeconômica em algumas dimensões, especialmente no acesso a bens de consumo e serviços coletivos, o que pode estar relacionado a políticas de ampliação do acesso à infraestrutura básica e a bens ligados ao ambiente digital. Contudo, as dimensões associadas ao trabalho e à renda permanecem críticas, evidenciando a fragilidade da inserção produtiva das famílias de baixa renda e a insuficiência dos mecanismos de mobilidade social.

Sob a ótica pós-keynesiana, a análise da Figura 1 reforça a centralidade dos programas de transferência de renda na redução da desigualdade e na sustentação da demanda agregada. O Bolsa Família, ao proporcionar um alívio imediato da insuficiência de renda, contribui para um aumento do consumo das famílias em situação de vulnerabilidade, gerando efeitos multiplicadores na economia. No entanto, a persistência da insuficiência socioeconômica entre os beneficiários do programa sugere que a transferência de renda, isoladamente, não é suficiente para romper os ciclos intergeracionais de pobreza e desigualdade multidimensionais. A abordagem pós-keynesiana destaca a necessidade de políticas complementares, como investimentos em educação, infraestrutura e estímulo à formalização do trabalho, de modo a garantir uma inserção mais equitativa no mercado de trabalho e reduzir a vulnerabilidade estrutural dessas famílias.

O Gráfico 1 apresenta a evolução do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) entre os anos de 2016 e 2022, considerando três categorias de domicílios: beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), não beneficiários e a população total. Durante o período observa-se que o IISM dos beneficiários do PBF permanece sistematicamente superior ao dos não beneficiários. A distância entre os dois grupos, no entanto, não é constante ao longo do tempo, sugerindo que fatores conjunturais e mudanças nas políticas sociais pode afetar a dinâmica da insuficiência socioeconômica.

Entre 2016 e 2019, observa-se uma tendência de relativa estabilidade no IISM, com uma leve redução entre os beneficiários do PBF. Essa dinâmica pode estar associada à manutenção do programa e à continuidade de políticas sociais e de acesso a serviços básicos, apesar do contexto econômico adverso decorrente da recessão de 2015-2016. Já em 2022, verifica-se uma redução do IISM, especialmente entre os beneficiários do PBF. Esse movimento pode estar relacionado ao auxílio emergencial que foi uma das medidas adotadas para minimizar os impactos da pandemia de COVID-19 e a retomada do crescimento com recuperação do mercado de trabalho, no imediato pós pandemia.

Gráfico 1 - Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional por condição de beneficiários do PBF e Total (2016-2022).



Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Contudo, o ritmo lento de convergência entre beneficiários e não beneficiários reforça a tese Pós-Keynesiana de que políticas sociais devem ser complementadas por reformas estruturais. A teoria argumenta que, em economias marcadas por heterogeneidade produtiva e concentração de renda, a estabilização da demanda agregada via transferências é necessária, porém insuficiente. É imperativo combinar tais medidas com regulação do mercado de trabalho, tributação progressiva e investimentos em setores estratégicos (como saúde, educação e infraestrutura social) para romper ciclos de reprodução da ISM.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a insuficiência socioeconômica multidimensional no Brasil entre os beneficiários do Programa Bolsa Família e os não beneficiários. Utilizando o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) e os microdados da PNAD Contínua, foi possível evidenciar a persistência de desigualdades profundas entre os beneficiários do programa e os não beneficiários em diversas dimensões, incluindo educação, mercado de trabalho, condições habitacionais e acesso a bens e serviços públicos.

Os resultados demonstram que, embora o PBF tenha um papel significativo na redução da pobreza monetária e na melhoria de indicadores sociais, sua capacidade de transformar estruturalmente a realidade socioeconômica das famílias beneficiárias é limitada. A persistência de altas taxas de informalidade, desalento e baixas qualificações educacionais entre os beneficiários sugere que a transferência de renda, isoladamente, não é suficiente para romper o ciclo intergeracional da pobreza.

Sob a ótica keynesiana e pós-keynesiana, os dados analisados reforçam que políticas de transferência de renda são eficazes na manutenção da demanda agregada e na estabilidade macroeconômica, mas devem ser complementadas por políticas estruturais de geração de emprego, investimentos em educação e infraestrutura, especialmente em infraestrutura social,

e regulação do mercado de trabalho. A ausência de maior integração entre o Bolsa Família e outras políticas públicas reduz seu potencial de impacto no longo prazo. Embora o programa desempenhe um papel essencial na mitigação da pobreza monetária, sua efetividade poderia ser ampliada com estratégias que favoreçam a autonomia econômica das famílias. Dados recentes indicam que uma parcela significativa dos novos postos de trabalho tem sido ocupada por beneficiários do PBF, sugerindo que o programa pode atuar como um mecanismo de transição para uma maior inclusão produtiva.

Entre as principais limitações deste estudo, destaca-se a utilização de dados secundários, que, embora amplamente representativos, impõem restrições na análise de fatores qualitativos que influenciam a pobreza multidimensional. Além disso, a abordagem metodológica baseada no IISM permite captar privações objetivas, mas pode subestimar aspectos subjetivos da insuficiência socioeconômica, como percepções de bem-estar e mobilidade social.

Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da análise para incluir dados mais recentes e explorar o impacto do programa sob diferentes conjunturas econômicas e políticas. Além disso, estudos qualitativos podem complementar os achados quantitativos ao investigar como beneficiários percebem as mudanças em suas condições de vida e quais são os principais desafios enfrentados na superação da pobreza. Ademais, pesquisas que avaliem os efeitos combinados do PBF com outras políticas de inclusão produtiva podem fornecer subsídios valiosos para o aprimoramento das estratégias de combate à pobreza no Brasil.

Em suma, o Bolsa Família desempenha um papel essencial na redução das desigualdades sociais, mas sua eficácia é condicionada à implementação de medidas complementares que promovam transformações estruturais. O enfrentamento da pobreza e das desigualdades, a partir de uma concepção multidimensional, exige uma abordagem integrada, que combine transferências de renda com investimentos públicos em educação, saúde e infraestrutura social, bem como uma política de emprego que possibilite a autonomia econômica das famílias mais vulneráveis. Apenas nesses termos é possível pensar o enfrentamento da ISM no país de forma estrutural.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Laura. Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado. São Paulo: Todavia, 2021.

COSTA, D. M. et al. Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: desafios e alcances a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa. Cad. Saúde Pública, 2023.

GONÇALVES, M. P. Trajetória do Bolsa Família e a recomposição das estratégias de superação da fome no Brasil. Revista Princípios, nº 169, 2024.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Comunicados IPEA. Brasília, 2012.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão. Brasília, 2019.

KALECKI, M. Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

KEYNES, J. M. The General Theory of Employment, Interest and Money. London: Macmillan, 1936.

LAVOIE, M. Post-Keynesian Economics: New Foundations. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2014.

ROCHA, S. O programa Bolsa Família. Evolução e efeitos sobre a pobreza. Economia e Sociedade, Campinas, V. 20, 2011.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Aggregate Demand and the Slowdown of Brazilian Economic Growth from 2011-2014. Nova Economia, v. 25, n. 3, p. 803-833, 2015.

TROVÃO, C. J. B. M. Desigualdade multidimensional: uma abordagem keynesiana. Carta Social e do Trabalho, Campinas, n. 33, p. 47-58, 2016.

WORLD BANK. The State of Social Safety Nets. 2018.